

## Capítulo 8

### 1984 - A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

#### Os credores e a dívida

De volta de um intenso programa de visitas a bancos europeus, durante as quais tive oportunidade de manter conversações muito francas, parece oportuno fazer um balanço sumário de nossas relações com nossos credores. Existem algumas concordâncias básicas. Há obviamente contradições. E, finalmente, há os equívocos ou as soluções pouco realistas.

A primeira concordância básica diz respeito à idéia de que a dívida externa e as decorrentes políticas de ajustamento exigidas pelo FMI são o grande empecilho à retomada do desenvolvimento brasileiro. Enquanto o País for obrigado a manter em níveis muito baixos suas importações graças a medidas monetárias e fiscais recessivas, a recessão não pode, por definição, ser superada. A taxa de juros elevada e o desinteresse dos empresários em investir são meras decorrências daquele problema básico.

Como a política de ajustamento adotada pelo FMI jamais é colocada em dúvida pelos banqueiros e como o programa de ajustamento para este ano já está definido, torna-se inviável ainda em 1984 a recuperação da economia brasileira.

Mas, em contrapartida, os banqueiros sentem um real interesse pela retomada do desenvolvimento brasileiro. Consideram o Brasil parte integrante e importante do sistema capitalista, rejeitam o agravamento dos problemas sociais e têm interesse em

retomar os negócios, que sempre foram muito lucrativos, com o Brasil.

Para permitir essa retomada, entretanto, seria necessário que os banqueiros rolassem uma parte maior dos juros que lhes pagamos anualmente (o chamado “dinheiro novo” do projeto 1). Por enquanto, não estão dispostos a isso. Pelo contrário, ainda estão interessados em reduzir seus riscos com o Brasil. Quando, em setembro último, Affonso Celso Pastore, recém-empossado no Banco Central, começou a negociação do atual empréstimo-jumbo, pediu cerca de 9 bilhões de dólares. Conseguiu apenas 6,5 bilhões, e mesmo estes, a duras penas. Para 1985 falam em apenas 4 bilhões de dinheiro novo. Ameaçamos, portanto, com permanente recessão, já que, nesses termos, a não ser que a recuperação das economias centrais seja mais vigorosa do que se prevê atualmente, teremos de manter nossas importações muito limitadas e, portanto, o estado de recessão.

Como, todavia, não estão interessados em recessão permanente, falam imediatamente na necessidade de uma solução de mais longo prazo para o Brasil. Segundo a maioria dos banqueiros, essa solução teria dois aspectos: uma maior participação dos seus governos nos financiamentos, de forma que seus próprios riscos sejam reduzidos, e um esquema ainda a ser estudado de transformação de parte dos juros que têm a receber em cruzeiros para serem investidos no Brasil.

A primeira idéia é obviamente fantasiosa, conforme George Shultz deixou muito claro em sua recente viagem ao Brasil. Os governos dos países centrais não têm condições financeiras e principalmente políticas para ajudar países devedores como o Brasil. Já a segunda idéia, que ouvi repetida por um número considerável de banqueiros, é mais viável. O Brasil está pagando atualmente cerca de 13% de juros nominais ao ano, dos quais 4% correspondem à inflação externa e 9% a juros reais. A idéia seria manter compulsoriamente metade desses 9% no Brasil, em cruzeiros, permitindo que os bancos investissem esse dinheiro, diretamente ou através de terceiros, em empresas existentes ou a serem formadas no Brasil.

Juntamente com essa idéia, que merece cuidadoso estudo, já que a atual taxa de juros real paga pelo Brasil – cerca de 9% ao ano – inviabiliza qualquer retomada do desenvolvimento, os banqueiros falam sempre na necessidade de estimular os investimentos diretos. Nesse ponto são novamente contraditórios, porque os investimentos diretos diminuíram no Brasil não em fun-

ção de algumas restrições muito razoáveis que fazemos mas em função da recessão, que não cria oportunidades de investimento para ninguém, inclusive para as empresas multinacionais.

Mas os banqueiros insistem em que é necessária uma solução de longo prazo, que permita a retomada do desenvolvimento brasileiro. E concordam também em que, para uma solução desse tipo, eles próprios em seus bancos, o FMI e os governos dos países centrais pouco poderão fazer. A única conclusão a que se pode chegar, portanto, é que, nessas circunstâncias, só o próprio governo brasileiro tem condições de fazer alguma coisa, de estabelecer amigável mas firmemente as bases de um novo acordo que nos permita sair da recessão.

Para esse novo acordo, a obtenção de um superávit na balança comercial de 6,5 bilhões de dólares e o desempenho mais realista do novo presidente do Banco Central contam pontos. É preciso, agora, saber se as autoridades brasileiras estão dispostas a assumir o risco de propor, e de até certo ponto exigir, esse novo acordo de longo prazo. Porque é preciso lembrar que, sendo tão grande o número de bancos credores, só uma autoridade central como o governo brasileiro pode propor – e amavelmente impor – uma solução razoável para todos, inclusive para o Brasil. (21/02)

### **Recuperação de fôlego curto**

Alguns analistas econômicos, apoiados em dados objetivos, vêm falando com otimismo das perspectivas da economia brasileira para 1984. Os acordos que temos com o FMI, entretanto, não autorizam essa perspectiva. Na verdade, se temos alguns resultados positivos, sua causa principal deve ser o mau funcionamento provisório dos mecanismos recessivos acionados pelo governo para conter as importações nos níveis desejados, e dessa forma alcançar em 1984 a meta de um saldo comercial de 9 bilhões de dólares. Ainda que a economia esteja pronta para voltar a crescer, o fôlego da recuperação certamente será curto.

Durante o ano de 1983 o Brasil enfrentou a mais grave recessão de sua história industrial. Segundo os últimos cálculos da Fundação Getúlio Vargas (*Conjuntura Econômica* de fevereiro), o produto real brasileiro decresceu 3,3%, devendo-se a maior responsabilidade da queda à indústria, cujo produto caiu 7% (ou 6%, segundo os últimos levantamentos do IBGE, publicados nesta *Folha* no último domingo). A indústria de bens de capital, em particular, caiu 20,2%. O ósemprego aberto, por sua vez,

segundo cálculos publicados naquela mesma revista, deve ter alcançado em dezembro 13,55% da força de trabalho e não 5,63% como pretende o IBGE. Ao mesmo tempo, o número de falências e concordatas praticamente dobrou em 1983 em comparação a 1982.

Esses resultados extremamente negativos estão diretamente relacionados com a política de ajustamento do FMI, o mesmo ocorrendo com a taxa de inflação, que alcançou o recorde histórico de 211,8% em 1983, apesar de o aumento da oferta de moeda (M1) ter-se restringido a 94,5% e o déficit público operacional ter caído de 6,6% do PIB em 1982 para 2,5% em 1983.

O maior êxito de 1983 – o saldo na balança comercial de 6,5 bilhões de dólares – deveu-se principalmente à queda das importações e secundariamente a um pequeno aumento das exportações, relacionando-se, portanto, também de forma direta com a política do FMI. É preciso, entretanto, assinalar os bons resultados na exportação de manufaturados, que continuam a ser a grande arma e a grande esperança do Brasil, e o aumento da produção nacional de petróleo, que permitiu uma significativa economia de divisas.

Agora surgem notícias de uma relativa recuperação da economia. O emprego estabiliza-se, a produção industrial aumentou em janeiro 3,5% em relação a janeiro de 1983, um erro de estimativa na contabilização de fretes e seguros (que caíram devido à queda das importações) faz-nos descobrir uma sobra de 1 bilhão de dólares em nossas contas externas, a boa safra agrícola confirma-se. E surge um novo otimismo em relação à economia nacional.

Não tenho nenhuma vocação para Cassandra, e gostaria de imaginar que o ciclo recessivo terminou e que já estamos entrando na fase de recuperação da economia. Dado que a produção industrial é cíclica e deve estar em níveis de 1977, já tendo, portanto, ocorrido a clássica queima de capitais própria das crises, esta seria uma perspectiva perfeitamente razoável, não fossem os acordos com o FMI.

Acontece, entretanto, que esses acordos existem, e que, nos termos dos mesmos, só seria possível a retomada do crescimento caso houvesse um espetacular aumento de exportações. Como esse não é o caso, o relativo alívio que se observa na economia deve ser atribuído principalmente a um fato: a ineficiência dos mecanismos recessivos de política econômica (controle

da base monetária, redução do déficit público e política salarial) colocados em prática pelas autoridades econômicas. Ainda que os objetivos formais dessas políticas possam estar sendo razoavelmente atingidos, eles não se mostram suficientes para compensar a predisposição para crescer da economia, apoiada na boa safra agrícola e na necessidade sazonal de recomposição de estoques.

Ora, se isso é verdade, o que devemos esperar em breve é o aumento da intensidade e do rigor desses controles, para manter frouxa a demanda agregada, garantir importações inferiores a 16 bilhões de dólares em 1984 e possibilitar, assim, que se atinga a meta principal da política de ajustamento: o saldo de 9 bilhões de dólares na balança comercial. E continuaremos assim em recessão. (20/03)

### **Recuperação da economia e a dívida**

Apoiada em um aumento das exportações de manufaturados muito maior do que se esperava (40,69% em relação ao primeiro trimestre de 1983), a recuperação da economia brasileira vem demonstrando também um fôlego maior do que inicialmente previ (*Folha*, 20/03/84). Em contrapartida, a reunião dos países latino-americanos para examinar de forma conjunta o problema da dívida externa e das recentes elevações das taxas de juros internacionais coloca em questão os acordos com o Fundo Monetário Internacional.

À primeira vista, poder-se-ia pensar que há uma contradição intrínseca entre os dois processos. De um lado, sob o comando do FMI, e como conseqüência da maxidesvalorização de fevereiro de 1983, vemos as exportações de manufaturados – que hoje já representam mais de 20% da produção da indústria de transformação – liderarem um tímido, mas de qualquer forma objetivo, processo de retomada do desenvolvimento, comprovado pelo crescimento da indústria de transformação, no primeiro trimestre de 1984, em relação a igual período de 1983, de 3,96%, segundo dados do IBGE. De outro, apesar da recuperação, fala-se cada vez mais na necessidade de capitalização parcial de juros e de fixação de uma taxa de juros compatível com as possibilidades de pagamento do Brasil.

Na verdade, entretanto, não há contradição entre os dois movimentos. A recuperação, embora venha tendo um fôlego maior do que o previsto, exatamente porque as exportações superaram as expectativas, continua a ter um fôlego curto, porque

não é razoável supor (1) taxas de crescimento das exportações muito altas, (2) taxas de crescimento das importações compatíveis com a retomada do crescimento e ao mesmo tempo muito baixas e (3) taxas de juros internacionais declinantes ao invés de ascendentes. Ora, só a conjugação desses três eventos permitirá que o Brasil alcance o equilíbrio em sua balança de conta corrente em 1987, como pretende o FMI. Nesse momento, o Brasil estaria transferindo para o exterior cada ano cerca de 15 bilhões de dólares, aproximando-se seu superávit comercial de 20 bilhões de dólares anuais.

Se essas projeções “otimistas” das exportações, das importações necessárias e da taxa de juros internacionais não são razoáveis, é evidente que, para alcançar o equilíbrio em conta corrente em 1987, a única alternativa será manter a recessão interna, que continuará a comprimir as importações – o que, obviamente, é inaceitável.

Por outro lado, está cada vez mais claro que o ajustamento externo de que a economia brasileira necessitava já foi feito. Em 1980, com um déficit comercial de quase 3 bilhões de dólares, a economia brasileira estava completamente desajustada; em 1981 e 1982, com superávits inferiores a 1 bilhão de dólares, a economia continuava gastando mais do que produzia, já que os serviços reais (fretes, seguros e turismo) são superiores a 3 bilhões de dólares. Mas em 1983 e 1984 alcançamos definitivamente um superávit comercial real. Além disso, aumentou a produtividade da indústria e esta se orientou decididamente para a exportação, como era necessário para o ajustamento.

A economia está, portanto, ajustada em termos externos. O déficit em conta corrente é exclusivamente causado por juros excessivos de dívidas passadas. Não faz, portanto, sentido se pensar em mais ajustamento, em mais recessão, em tomar novas medidas monetárias e fiscais para manter a economia em recessão, e assim cumprir o objetivo do Fundo de alcançar o equilíbrio em conta corrente em 1987.

Em síntese, a economia brasileira já se encontra ajustada e pronta para crescer. A recuperação em curso é um sinal desse fato, mas dificilmente poderá prosseguir se se pretender atingir os objetivos do Fundo. Por isso, não resta outra alternativa senão rever esses objetivos e a própria forma de o Brasil relacionar-se com a comunidade financeira internacional.

(29/05)

## **Concentração de renda e a dívida**

Um dos efeitos mais perversos do processo de ajustamento externo a que o Brasil foi submetido desde 1981, e particularmente desde que passou a se submeter às condicionalidades do Fundo Monetário Internacional, é o da concentração de renda.

A partir de 1981, em função da dívida externa e da política de ajustamento adotada, a economia brasileira entrou em acelerado processo de declínio, traduzido em um decréscimo de mais de 10% da renda por habitante. O País ficou, portanto, mais pobre como um todo.

É preciso frisar, entretanto, que todas as indicações são de que o prejuízo não se distribuiu igualmente entre todas as classes e setores produtivos da economia. Há os grandes prejudicados e os grandes beneficiados. Grandes beneficiados são os rentistas, que se aproveitam dos altos juros, e os exportadores, que realizam altos lucros graças à maxidesvalorização de fevereiro de 1983. Grandes prejudicados são as pequenas e médias empresas endividadas e não exportadoras, são os trabalhadores e a classe média assalariada, que perdem seus empregos e vêem seus salários reais declinarem constantemente. Desde 1982 o índice de salários médios reais da Fiesp não pára de declinar. Em 1983, os salários médios reais caíram 16,2% em comparação à média de 1982.

A lógica perversa desse tipo de concentração de renda, do ponto de vista da política de ajustamento do Fundo, está baseada em duas idéias: (1) para reduzir importações (e combater a inflação) é preciso provocar a recessão através da elevação da taxa de juros, que beneficia os rentistas; e (2) para estimular as exportações é preciso desvalorizar a moeda e, assim, mudar a relação de preços entre os produtos exportáveis e os produtos não exportáveis, favorecendo os lucros dos exportadores e ao mesmo tempo encarecendo as importações. Nos dois casos, os grandes prejudicados são os assalariados e as empresas devedoras, principalmente as estatais.

A relativa recuperação da indústria de transformação neste início de 1984, baseada no aumento da exportação de manufaturados, enquanto o mercado interno continua rigorosamente comprimido – conforme demonstram as vendas a varejo e a arrecadação de ICM no Brasil, ambas ainda mais de 10% inferiores a abril de 1983 –, é coerente com essa perversa concentração de renda.

Naturalmente, além de concentração de renda interna, outra explicação para a manutenção do mercado interno em recessão, apesar de uma certa recuperação nas indústrias exportadoras, está na transferência de recursos reais para o exterior. De fato, em 1984, o superávit na balança de transações reais (superávit comercial menos serviços reais) deverá situar-se entre 7 e 8 bilhões de dólares.

Tanto a transferência de recursos reais quanto a concentração de renda são perversões do processo de ajustamento – conseqüências de se considerar prioritário o ajustamento externo à retomada do crescimento e à distribuição da renda.

Sem dúvida, o ajustamento externo tinha de ser feito, mas sem tanta pressa nem tanto sacrifício. A prioridade social fundamental hoje é a retomada do crescimento e a conseqüente criação do emprego. Mas não há necessidade alguma de se chegar a esse objetivo concentrando renda. Muito menos há necessidade de se aumentar ainda mais a desigualdade, ao mesmo tempo que se mantém a economia em permanente estagnação para ajustá-la externamente. Já temos plenas condições de adotar uma política econômica independente e de voltarmos a crescer sem concentrar renda. (05/06)

### **Renegociar a dívida sem romper com o FMI?**

Há uma grande confusão sobre qual será a política do futuro governo Tancredo Neves com relação à dívida externa e ao Fundo Monetário Internacional. A imprensa tem veiculado a idéia de que haveria uma discordância básica entre “os economistas do PMDB”, que pretendiam o rompimento com o FMI, e os economistas e empresários da Frente Liberal, que seriam contrários a esse rompimento. Por outro lado, entre os itens preliminarmente acordados entre o governador Tancredo Neves, o deputado Ulysses Guimarães e a Frente Liberal, constam a retomada do desenvolvimento e a renegociação da dívida brasileira para torná-la compatível com essa retomada, sem rompimento com o FMI.

Provavelmente existem divergências entre os economistas sobre como o Brasil deve relacionar-se com o Fundo. Não apenas entre economistas do PMDB e da Frente Liberal, mas também entre os próprios economistas do PMDB. A colocação do programa mínimo, entretanto, excluindo a idéia de rompimento com o FMI, mas afirmando a necessidade de renegociação da dívida e subordinando essa renegociação à retomada do desen-



volvimento, é bastante feliz. Conforme afirmou o governador de Minas Gerais, “rompimento com o FMI é uma tolice. O fato de pertencer ao Fundo não significa que sejamos obrigados a aceitar todas as suas diretrizes, todas as suas imposições”.

O compromisso fundamental do futuro governo Tancredo Neves com a nação brasileira, no plano econômico, é a retomada do desenvolvimento sem maior concentração de renda e a adoção de um plano de emergência que minore, a curto prazo, o problema da fome e do desemprego das populações mais carentes. Ora, para cumprir esse compromisso, os acordos com o FMI deverão muito provavelmente ser revistos. Esta revisão só não será necessária na hipótese improvável de as exportações brasileiras manterem uma taxa de crescimento anual em torno de 20%.

O Brasil precisa crescer no mínimo 6% nos próximos anos a fim de reduzir o desemprego. Para crescer a essa taxa, precisará aumentar suas importações entre 11 e 12% ao ano. Por outro lado, o FMI pretende que o Brasil zere sua balança de conta corrente em 1987 ou 1988. Para viabilizar esse objetivo e, portanto, manter os acordos com o FMI será necessário alcançar superávits comerciais crescentes. E, para isso, temos duas alternativas: ou o Brasil continua a aumentar suas exportações à taxa de 20%, podendo assim aumentar suas importações em 12%, e crescer a 6%; ou, não conseguindo aquele êxito nas exportações, mantém a economia em recessão, e assim não aumenta suas importações. Como a probabilidade de que o Brasil continue a aumentar suas exportações à mesma taxa do primeiro semestre de 1984 (20% ao ano) é mínima, caímos na segunda alternativa, ou seja, na manutenção da recessão ou de taxas de crescimento absolutamente insuficientes, caso mantenhamos os atuais acordos com o FMI.

Não restará, portanto, outra alternativa ao futuro governo Tancredo Neves senão a renegociação da dívida, abandonando-se o objetivo de zerar conta corrente em 1987 ou 1988. Deveremos comprometer-nos com superávits comerciais menores e, portanto, precisaremos de mais prazos, mais “dinheiro novo” emprestado pelos bancos internacionais e taxas de juros menores.

Para isso não há necessidade de romper com quem quer que seja. Basta discutir com o FMI e com os bancos internacionais qual o superávit comercial compatível com o crescimento do Brasil, a uma taxa de 6%. Na condição de nação soberana, o

Brasil definirá esse superávit, que não poderá nunca ser inferior a 6 bilhões de dólares, e estabelecerá quanto de “dinheiro novo” os bancos deverão aportar ao País para que possamos devolvê-lo através do pagamento de parte dos juros vencidos. Caso os credores não concordem, não restará outra alternativa ao Brasil senão proceder à capitalização forçada dos juros.

Em qualquer hipótese, não será o Brasil que romperá com o FMI e os credores. O futuro governo Tancredo Neves estabelecerá as condições mínimas para a renegociação. Se estas condições não forem satisfatórias para os credores e o FMI, caberá a eles a decisão de romper com o Brasil. É pouco provável, entretanto, que tomem semelhante decisão, já que, de um lado, estão esperando uma atitude mais enérgica do novo governo e, de outro, porque seus interesses comuns com o Brasil são muito grandes. (04/08)

### **Inflação e retomada do desenvolvimento**

Resolvido com o FMI o problema da dívida externa, a partir do pressuposto de que a economia brasileira já está ajustada internacionalmente, o grande risco que enfrentarão os formuladores da política econômica em 1985 será querer subordinar a retomada do crescimento ao combate da inflação.

O ano de 1984 será ainda um ano de recessão para a economia brasileira. O crescimento de aproximadamente 5% da produção industrial no primeiro semestre, graças ao extraordinário desempenho das exportações – que cresceram 25% em relação ao mesmo período do ano passado –, não compensa a contração do mercado interno, definida por uma queda de 11% nas vendas de varejo. Esta discrepância entre as exportações e o mercado interno só pode ser explicada por uma forte redução dos salários médios reais e por uma nova fase de concentração de renda, propiciada pelo processo de ajustamento externo. O ajustamento, além da recessão e, portanto, da redução da renda por habitante – que já caiu cerca de 11% desde 1980 –, provocou a concentração de renda, como mostram os últimos levantamentos da Fibge.

Aloysio Biondi vem salientando nesta *Folha* que existe um processo de recuperação da economia brasileira. Não há dúvida de que esse processo existe, mas é ainda muito limitado, já que as elevadas taxas de juros reais (em torno de 30%), de um lado, e a redução dos salários reais (que caíram 14% no último ano), de outro, impedem que as empresas voltem a investir e que a re-

cuperação se torne efetiva. O modesto crescimento de apenas 5,9% da indústria de bens de capital nos primeiros cinco meses do ano, em comparação a igual período de 1983, mostra como os investimentos estão ainda paralisados.

É preciso, entretanto, assinalar que a economia brasileira já está ajustada internacionalmente e que, portanto, não há mais nenhuma razão para continuar em recessão. Uma vez que o Brasil logre que o FMI reveja o objetivo de zerar a conta corrente do Brasil em 1987 ou 1988, postergando-o por mais alguns anos, o Brasil terá perfeitas condições de voltar a crescer entre 6 e 7% ao ano a partir de 1985.

A economia brasileira já está ajustada porque alcançará neste ano um superávit comercial de cerca de 11 bilhões de dólares, porque a produtividade industrial aumentou substancialmente, porque as empresas brasileiras afinal compreenderam que a competitividade internacional é essencial, porque a produção de petróleo brasileira cresceu ao mesmo tempo que substituíamos petróleo por outras fontes de energia, de forma que hoje a produção nacional de petróleo corresponde a 60% do consumo, diante de 16% em 1979.

A inflação, entretanto, depois de duplicar de patamar em 1983, estabilizou-se em 1984 no nível de 200%. Em consequência, os economistas ortodoxos, que, apesar de toda a evidência em contrário, insistem em identificar desajuste interno (inflação) com desajuste externo (déficit na balança comercial) – quanto maior o déficit público e o crescimento da oferta monetária, maiores seriam a inflação e o déficit na balança comercial –, serão provavelmente levados a defender a tese de que o Brasil “precisa continuar a controlar rigidamente a oferta monetária e o déficit público (e portanto manter a economia em recessão) para combater a inflação”.

Não há dúvida de que é necessário combater a inflação, mas subordinar a retomada do crescimento à inflação é um contra-senso, quando se sabe que a inflação brasileira atual não é de demanda, mas administrada, e que sua resistência a desacelerar-se deriva diretamente da indexação da economia, pouco tendo a ver com o “elevado” déficit público, a “excessiva” oferta monetária, a “baixa” taxa de juros e o “excesso” de demanda.

O combate à inflação deve, portanto, ser claramente subordinado à retomada do desenvolvimento. Inclusive porque, conforme a experiência histórica brasileira demonstra, esta reto-

mada deverá facilitar, ao invés de dificultar, a redução da taxa inflacionária, na medida em que o crescimento da renda, em vez do crescimento dos preços, sirva de fator acomodador dos conflitos distributivos. (07/08)

### **Inflação, recessão e concentração**

O grande desafio das sociedades industriais modernas é compatibilizar o crescimento firme do produto por habitante com uma moderada mas efetiva desconcentração da renda. Nos países centrais, apesar da considerável redução das taxas de crescimento do produto ocorrida nos últimos anos (quando começa a fase descendente do quarto ciclo longo de Kondratieff) e da onda política conservadora, estes dois objetivos vêm sendo razoavelmente atingidos. Conforme observou Paulo Francis no último domingo, os governos conservadores não logram reduzir o papel do Estado na economia, nem eliminar as conquistas social-democratas do Estado do Bem-Estar. As demandas dos trabalhadores e das classes médias assalariadas são mais fortes do que a pressão conservadora do capital oligopolista e financeiro e do que a lógica concentradora de renda da recessão econômica.

Não é este o caso do Brasil. O prolongado processo de concentração de renda e acumulação de capital iniciado em meados dos anos 50 com o desenvolvimentismo de Kubitschek manteve-se no governo Goulart, devido à lógica concentradora da recessão e da inflação, e agravou-se fortemente entre 1964 e 1974, nos quadros do pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista-multinacional.

A partir de 1975, entretanto, em função da derrota do governo nas eleições de 1974, há uma mudança na política salarial que reverte moderadamente a tendência concentradora. As greves de 1978 a 1980 fortalecem essa tenência. A lei salarial de novembro de 1979, que estabeleceu um processo interno de distribuição de renda entre os altos e os baixos salários, seria o coroamento dessa tendência.

Entretanto, tudo indica que a partir de 1980, não obstante a manutenção da política salarial distributiva (que só seria abandonada em 1983, através de uma sucessão de decretos-leis), volta a ocorrer um forte processo de concentração de renda. A lógica da inflação e da recessão torna-se então mais forte do que a pressão dos trabalhadores, a qual, aliás, declina a partir de 1981 em função do aumento do índice de desemprego.

A elevação deliberada das taxas de juros, beneficiando os rentistas, é a causa original desse novo processo de concentração. A recessão decorrente, ao provocar o desemprego e incentivar a rotatividade da mão-de-obra, acentua o movimento concentrador. Por outro lado, as empresas oligopolistas, ao verem ameaçadas suas taxas de lucro pela redução das vendas, tratam de aumentar suas margens de lucro e provocam a aceleração da inflação (que também se acelera em 1979 e em 1983 devido a duas maxidesvalorizações, à política de "inflação corretiva" dos preços relativos e à instabilidade dos preços agrícolas). Dada a elevação das taxas de juros, a taxa de lucro deveria aumentar correspondentemente (ou então voltar a baixar a taxa de juros) para manter o equilíbrio do mercado. A ativa política de altas taxas de juros impede esse equilíbrio, mas permite que as empresas consigam pelo menos manter sua taxa de lucro.

O instrumento fundamental das empresas para lograr essa manutenção da taxa de lucro, entretanto, mais do que o aumento das margens de lucro, será a aceleração da inflação. Através desse mecanismo e dado o intervalo de seis meses entre os reajustes salariais, cai o salário médio real. Acentua-se, assim, a concentração da renda já propiciada pelo aumento do desemprego e pelo aumento da rotatividade dos trabalhadores.

A economia brasileira não vem, portanto, enfrentando nenhum dos dois grandes objetivos econômicos das sociedades industriais modernas. Não cresce nem distribui renda. Pelo contrário, nos últimos quatro anos regrediu e concentrou renda. Os trabalhadores, inclusive a classe média assalariada (e as empresas estatais que se endividaram para manter o ritmo de investimentos entre 1974 e 1980), foram os grandes prejudicados, os empresários não endividados mantiveram suas posições e os rentistas de todos os tipos (inclusive empresas) foram os grandes beneficiados, graças à elevada taxa de juros.

Para que haja novamente a reversão dessa tendência concentradora será necessário baixar a taxa de juros, retomar o crescimento, reduzir moderadamente a inflação e encetar uma política de distribuição de renda com base na reforma do sistema tributário, e não na política salarial, que entre 1979 e 1982 se revelou incapaz de desconcentrar a renda. (11/09)

### O fôlego curto da recuperação

No começo deste ano, quando Aloysio Biondi detectou nesta *Folha* o início de um processo de recuperação da econo-

mia brasileira, afirmei que essa recuperação era real, estava baseada no fato de que a economia brasileira já se encontrava ajustada do ponto de vista externo e, portanto, pronta para crescer, mas seria de fôlego curto devido ao acordo com o Fundo Monetário Internacional. Só um crescimento explosivo e sustentado das exportações poderia compatibilizar uma verdadeira retomada do crescimento com aquele acordo.

O crescimento das exportações neste ano tem sido, até o momento, extraordinário e, não obstante, a recuperação foi moderada. Embora o presidente da Fibge fale em crescimento de 3 a 4% neste ano, a previsão do presidente do Banco Central, de 1 a 2% de crescimento do PIB, parece mais realista. A modesta recuperação não significou, portanto, retomada do desenvolvimento. A economia continua em recessão.

Na última semana, o “fôlego curto” da recuperação, devido aos acordos com o FMI, ficou meridianamente claro. O Conselho Monetário Nacional aprovou um conjunto de medidas de caráter fortemente recessivo, cujo objetivo fundamental é reduzir drasticamente a oferta de moeda. O FMI parte do diagnóstico equivocado de que o aumento da quantidade de moeda é a “causa da inflação” – quando hoje a moeda não é nem causa de aceleração da inflação nem causa de manutenção do patamar da inflação, mas meramente consequência da inflação autônoma, já que a inflação está em 230%, enquanto a oferta monetária aumentou cerca de 130% nos últimos doze meses.

A partir desse diagnóstico equivocado, o FMI obriga o governo federal a tomar medidas de redução da quantidade de moeda para 95% no final do ano. Em consequência, a taxa de juros, que já é altíssima, aumentará ainda mais; os investimentos produtivos continuarão paralisados e a economia não retomará o crescimento.

O objetivo recessivo das medidas e o fôlego curto da recuperação evidenciaram-se, inclusive, na declaração de um membro do primeiro escalão do governo. Segundo ele, “a intenção do governo não é provocar mais recessão. Haverá apenas uma queda no ritmo da recuperação, que, particularmente no setor industrial, superou nossas expectativas”.

Estas medidas recessivas e esta declaração deixam, portanto, claro que a retomada sustentada do crescimento a níveis de 6 a 7% passa por uma negociação muito mais dura com o FMI e com os credores internacionais. Na próxima semana, quando todo o sistema financeiro internacional estará em

Washington para a reunião anual do FMI, os banqueiros internacionais certamente revelarão sua satisfação com o Brasil pelo superávit comercial obtido. A satisfação, entretanto, não é recíproca.

Enquanto subordinarmos a retomada do desenvolvimento ao combate à inflação e enquanto entendermos que ambos os objetivos são conflitantes – quando na verdade não o são –, essa retomada será improvável. O que é incompatível com a retomada do crescimento é a redução drástica da quantidade de moeda, na medida em que inviabiliza os investimentos e apenas beneficia as empresas e as pessoas físicas rentistas que vivem de juros a expensas do trabalho e da produção. (18/09)

### **Compromisso com a racionalidade econômica**

A retomada do crescimento através da baixa da taxa de juros e do aumento dos investimentos públicos e o equilíbrio financeiro do Estado através do aumento do Imposto de Renda sobre a pessoa física são as medidas de política econômica mais urgentes a serem tomadas pelo futuro governo Tancredo Neves.

Como a retomada do crescimento, via baixa da taxa de juros e aumento dos investimentos públicos e privados, é incompatível com a política de ajustamento ditada pelo Fundo Monetário Internacional, pressupõe-se que essa política de ajustamento terá de ser abandonada. Este abandono justifica-se não apenas porque se deseja a retomada do crescimento, mas principalmente porque com um superávit comercial de 11 bilhões de dólares em 1984 a economia brasileira já pode ser considerada ajustada. O pequeno déficit em conta corrente não indica que o País esteja gastando mais do que produz, já que os juros se referem a dívidas passadas. Da mesma forma, a inflação superior a 200% não indica que o País esteja vivendo acima de seus meios, já que não se trata de inflação de demanda, mas de inflação autônoma, mantida nesse nível por força da indexação formal e informal da economia. Ao contrário do que o FMI afirma, portanto, o Brasil já ajustou sua economia e agora pode e deve usar de sua soberania para definir em termos responsáveis sua própria política econômica.

A baixa da taxa de juros, que viabilize a retomada dos investimentos privados, deverá ser obtida através de três medidas: 1) o aumento da oferta monetária; 2) um menor recurso à venda de títulos públicos para cobrir o déficit público; e 3) a aplicação

de um redutor de cerca de 10% na correção monetária, de forma a baixar os custos de captação das instituições financeiras.

O aumento do investimento público deverá orientar-se prioritária mas não exclusivamente para os serviços públicos e para o subsídio à habitação popular. São obras altamente absorvedoras de mão-de-obra e com baixo coeficiente de importação, além de se constituírem em salários indiretos.

O financiamento desses investimentos deverá ser realizado através do aumento do Imposto de Renda sobre pessoa física, com a eliminação de todos os incentivos fiscais, a taxação mais rigorosa de ganhos de capital e o aumento de alíquota sobre os rendimentos mais elevados. A carga tributária no Brasil é muito baixa quando comparada com a dos demais países e comporta aumento.

O combate à inflação se processará através (1) da imposição de redutor sobre a indexação de ativos financeiros, salários e aluguéis; (2) da correção cambial pelo índice de preços de produtos industrializados menos a inflação externa; e (3) do controle de preços dos setores oligopolistas. Com isso se procurará quebrar o fator mantenedor da inflação. Novas medidas de "inflação corretiva" deverão ser rigorosamente evitadas. A redução do déficit público deverá acompanhar a redução da inflação, já que o déficit público, assim como o aumento nominal da oferta monetária (atualmente cerca de 100 pontos percentuais abaixo do IGP), é muito mais conseqüência do que causa da inflação.

A redistribuição da renda não deverá ser feita através do aumento de salários reais, dado o caráter inflacionário desse tipo de política, mas através da redução dos juros, da elevação da carga tributária sobre os mais ricos e do redirecionamento da despesa pública em favor dos mais pobres.

A política econômica aqui proposta parte de uma série de pressupostos sobre o caráter do desajustamento e do recente ajustamento externo da economia brasileira, da natureza da inflação, da importância dos investimentos para a retomada do crescimento, do padrão de concentração de renda existente no País e da avaliação da carga tributária brasileira.

A lógica interna da proposta terá, naturalmente, de ser testada na prática. Medidas urgentes deverão ser tomadas logo no início do governo, para aproveitar o apoio popular. Mas, em seguida, será necessário, através de um processo de tentativa e erro, de consulta e de decisão, manter o barco no rumo certo. E será preciso, em certos momentos, ter a coragem de tomar medi-



das impopulares. Porque é preciso lembrar que os graus de liberdade com que joga o administrador de política econômica são muito pequenos, que a lei do valor ou dos mercados estabelece limites estreitos à sua ação e que seu compromisso com a sociedade, com seus objetivos e valores, deve ser sempre temperado com um outro compromisso: o compromisso com a racionalidade econômica. (*Jornal da Tarde*, 03/10)

### Ciclo econômico e a recuperação

Em 1984 estamos assistindo a uma clara contradição entre o comportamento do setor real da economia, em expansão desde o início do ano, e a política econômica, que é cada vez mais recessiva em função das metas rigorosas estabelecidas pelo FMI.

A recuperação da economia continua a ocorrer. O nível de emprego na indústria de São Paulo cresce lenta mas firmemente. A Fibge anuncia taxas decrescentes de desemprego. Além das indústrias voltadas para a exportação, também as indústrias orientadas para o mercado interno começam a crescer. A massa salarial, que entrara em declínio violento a partir de 1983, vem crescendo sistematicamente e já superou seus níveis iniciais. As vendas a varejo, embora ainda se apresentem negativas na comparação do acumulado janeiro a agosto diante de igual período de 1983, nos dois últimos meses já apresentaram evolução positiva em relação aos meses correspondentes do ano passado. O crescimento de 3 a 4% do Produto Interno Bruto previsto pela Fibge parece constituir, portanto, uma possibilidade concreta para 1984.

Em contrapartida, a política econômica é cada vez mais restritiva. A política fiscal vem sendo extraordinariamente austera. O déficit público operacional (necessidades de financiamento do setor público, desconsiderada a correção monetária), que, em cruzeiros de 1984, foi de mais de 10 trilhões de cruzeiros em 1983 (2,7% do PIB), em 1984 transformar-se-á em um superávit de mais de 3 trilhões de cruzeiros (0,5% do PIB). E a política monetária continua também fortemente restritiva, já que a oferta de moeda cresceu cerca de 149,9% nos últimos doze meses diante de uma inflação no mesmo período de 212,9%. No último mês, o aumento do recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo obrigou os bancos a aumentar suas taxas de juros de captação para fazer caixa e, ao mesmo tempo, a aumentar suas taxas de aplicação, de forma que os juros reais hoje

são superiores a 40% ao ano, o que inviabiliza qualquer investimento com base em financiamento.

Temos, portanto, uma autêntica “briga” entre o setor real da economia, que quer crescer, e a política econômica, que busca impedir o crescimento em nome de uma equivocada estratégia de combate à inflação. Briga em que o setor real está vencendo e deverá continuar a vencer, não obstante os obstáculos criados pela política econômica.

No início do ano, quando foi detectada a recuperação da economia, reconheci o fato, mas pareceu-me que seu fôlego seria curto, devido à força da política econômica. A violência das medidas tomadas em setembro último para conter a expansão da base monetária pareciam confirmar esse pessimismo.

Entretanto, embora essas medidas estejam de fato reduzindo o vigor da recuperação, vai ficando cada vez mais claro que não serão capazes de impedi-la.

A razão para isso está em duas considerações. Primeiro, é necessário lembrar, uma economia capitalista desenvolve-se através de ciclos, nos quais as recessões têm o papel de queimar capitais e, assim, purgar a economia, ou seja, ajustá-la externa e internamente, de forma a eliminar as distorções dos mais variados tipos. Segundo, é preciso admitir que a recessão ocorrida no Brasil entre 1981 e 1983, ainda que desnecessariamente violenta, já cumpriu seu papel de purgar a economia brasileira, eliminando suas principais distorções. O déficit comercial transformou-se em um enorme superávit, o déficit público também se transformou em superávit público, os preços relativos foram colocados razoavelmente de acordo com a lei do valor, a produtividade das empresas cresceu consideravelmente, os investimentos substituidores de importação do II PND maturaram e a produção de petróleo cresceu extraordinariamente. Em síntese, a economia brasileira ajustou-se.

Ora, se isso é verdade, a dinâmica cíclica do desenvolvimento capitalista aponta desde o início do ano na direção da expansão. A política econômica em curso é uma tentativa de manter a economia brasileira artificialmente em recessão. Uma tentativa que provavelmente não terá êxito não apenas porque dentro de alguns meses deverá haver importantes mudanças na política econômica, em função da provável eleição de Tancredo Neves, mas, principalmente, porque imaginar que a política econômica é mais forte do que a lógica cíclica do capitalismo é uma velha ilusão tecnoburocrática. A política econômica pode adiar

e, principalmente, pode determinar o arrefecimento da recuperação, quando a recessão já cumpriu seu papel, mas não pode impedi-la. (30/10)

## **Salários e inflação**

O problema do caráter inflacionário ou não dos salários e da política salarial é conturbado ideologicamente. Sempre que alguém afirma que uma política salarial favorável aos trabalhadores é inflacionária é tachado de reacionário pela esquerda e pelos assalariados em geral. Em contrapartida, os autores de propostas dessa natureza são invariavelmente acusados de irresponsabilidade por empresários e economistas de direita que desejam combater a inflação à custa da redução dos salários.

É natural que assim seja, já que a política salarial mexe diretamente com a distribuição da renda. Mas no momento está sendo necessário um pouco mais de serenidade no debate desta questão. Caso contrário, será impossível debelar uma inflação que incomoda a todos.

Em primeiro lugar, é preciso admitir que qualquer política salarial que pretenda aumentar os salários médios reais acima da produtividade é inflacionária. Por uma razão muito simples: porque tal elevação implicará aumento dos custos unitários de mão-de-obra direta e indireta. Como esses custos são muito importantes, os empresários tratarão de repassá-los para os preços a fim de defender sua taxa de lucro. E assim acelerar-se-á a inflação.

O argumento de que os salários pesam pouco na folha das empresas, embora verdadeiro, é incorreto. Quando se aumentam os salários reais acima da produtividade, o pressuposto é de que todos os tipos de remuneração do trabalho aumentem correspondentemente, e não apenas os salários diretos.

O argumento de que as empresas já estão ganhando muito e poderiam aceitar um aumento do custo unitário da mão-de-obra sem repassá-lo para os preços é idealista. Nem sempre elas estão ganhando muito, e mesmo que estejam, que afirmem lucros monopolistas, não será através da política salarial que se poderá obrigá-las a ganhar menos. Há outras formas mais adequadas, embora de eficiência sempre relativa, para coibir os monopólios e taxar os lucros extraordinários.

Estabelecidas estas premissas, é preciso considerar, em se-

gundo lugar, um outro fato: a atual política salarial, de indexação de acordo com a inflação passada (basicamente, INPC pleno), não garante a manutenção do salário médio real do trabalhador e, ao mesmo tempo, é totalmente incompatível com a redução da taxa de inflação. Por outro lado, a redução do período de reajuste para base trimestral é um fator acelerador da inflação.

A fórmula do INPC pleno não garante a manutenção do salário médio real porque, se a inflação se acelerar, este cai automaticamente. Entre dois reajustes o salário médio real cai. É máximo no primeiro dia do reajuste e mínimo no último. Atualmente, com uma inflação de 70% ao semestre, o salário médio real é 22% inferior ao salário real e nominal no primeiro dia do reajuste. Caso a inflação aumente para 100% no semestre, o salário médio real será 27% menor do que no primeiro dia do reajuste.

Em contrapartida, se a inflação caísse para 30% ao semestre, o salário médio real seria apenas 12% inferior ao salário real no primeiro dia do reajuste. Considerando-se um salário real e nominal de 100 no início do período, teríamos um salário médio real de 88 com inflação de 30%, diante de um salário de 78 com a atual inflação de 70%. Em consequência, teríamos um aumento de salário real de 13%. Para evitá-lo, não restaria outra alternativa para as empresas senão reacelerar a inflação, retornando aos 70% semestrais.

Por outro lado, a passagem dos salários para base trimestral é inflacionária porque, reduzindo o período de perda dos trabalhadores, eleva seus salários reais. Com uma inflação no trimestre de 32% (compatível com 75% no semestre), a elevação dos salários reais será de 77 para 87, ou seja, de 13%. Para evitá-la, será necessário que as empresas elevem seus preços e acelerem a inflação para 75% no trimestre. Mesmo que não consigam todo esse aumento, o resultado será sempre uma forte aceleração inflacionária.

Estas considerações sugerem que será necessário rever a fórmula de indexação salarial. Os objetivos serão (1) garantir o salário médio real dos trabalhadores, (2) assegurar-lhes os aumentos de produtividade e (3) permitir que a inflação caia, eliminando-se o viés da correção pelo INPC pleno. Existem fórmulas compatíveis com esses três objetivos. Não bastará, entretanto, formulá-las. Será preciso debatê-las com toda a sociedade até que se alcance um mínimo de consenso. (27/11)

## Desindexação e salários reais

A proposta de André Lara Resende de desindexação, depois de um período de indexação total e mensal da economia, já vem tendo grande repercussão, mas merece ser ainda mais cuidadosamente estudada, porque pode estar nela contida a solução para o problema da inflação brasileira. Ao mesmo tempo é preciso repensar a fórmula de indexação salarial.

A proposta parte de algumas premissas que já vinham sendo discutidas nos últimos dois anos pelos economistas brasileiros: a economia brasileira encontra-se basicamente ajustada, não há déficit público operacional ou real (apenas déficit público nominal, que é mera consequência e não causa da inflação) e não existe, portanto, nenhuma pressão de demanda oriunda do setor público. A inflação manteve-se no patamar de 200% durante o ano de 1984 devido aos fatores mantenedores da inflação, basicamente em função do processo de indexação formal e informal da economia, que garante que os aumentos defasados de custos sejam automaticamente repassados para os preços.

Aceitos estes pressupostos mais ou menos evidentes, torna-se óbvio que as medidas recessivas clássicas de combate à inflação através de políticas fiscais e monetárias contracionistas são ineficientes. Quando não são contraproducentes em relação à inflação – especialmente se acompanhadas de ajustamentos dos preços relativos, como aconteceu em 1983 –, elas produzem uma desaceleração da inflação muito modesta em troca de um grande custo econômico e social.

Diante desse diagnóstico de uma inflação puramente autônoma ou inercial, cuja causa básica é indexação, a solução óbvia – ou aparentemente óbvia – é a pura e simples desindexação da economia. Discutimos essa idéia no terceiro capítulo do livro *Inflação e Recessão* (este capítulo foi escrito entre outubro e dezembro de 1983), denominamo-la de “estratégia heróica” de controle da inflação e concluímos por rejeitá-la. Assumimos essa posição porque a desindexação total da economia apresentava o risco de não acabar de vez com a inflação e, em consequência, de provocar ao mesmo tempo prejuízos para os trabalhadores e para os portadores de ativos financeiros, que passariam a ter seus salários e títulos desindexados com uma inflação menor, mas em curso. Além disso, a desindexação podia desorganizar o sistema financeiro, que, apesar dos pesares, cumpre um papel importante na economia brasileira.

Esses riscos desapareceriam ou reduzir-se-iam muito se estivéssemos em hiperinflação, quando as defasagens nos aumentos de preços se tornam extremamente pequenas, possibilitando-se a escolha de um dia D para a desindexação que os diversos agentes econômicos pudessem aceitar – e, portanto, não aumentar em seguida seus preços –, porque não estariam sofrendo perdas significativas.

Ora, o mérito e a originalidade da proposta de Lara Resende residem exatamente em promover a desindexação em duas etapas. Na primeira, o que se busca fundamentalmente é acabar com as defasagens muito grandes de reajustes, sem, com isso, chegar à hiperinflação. Os salários são o preço mais defasado (seis meses) e mais importante da economia. A sugestão é passar a reajustá-los mensalmente a partir do salário médio real de cada categoria (o qual, com uma inflação de 70% ao semestre, é 22% inferior ao salário no dia do reajuste). Os aluguéis e os preços administrados pelo governo também seriam reajustados nessa base e, em seguida, passariam ao regime de reajuste mensal.

No momento em que esse processo de redução das defasagens estivesse terminado, sem incorrer nos riscos da hiperinflação, a economia estaria pronta para a desindexação total. Para isto, Lara Resende imaginou a introdução de um cruzeiro novo indexado, sugeriu a convivência de duas moedas durante um certo tempo e evitou o mais possível a excessiva intervenção do governo no mercado.

Todas essas idéias precisam ser cuidadosamente discutidas. Eventualmente poderá ser interessante ficarmos apenas na primeira etapa, de redução das defasagens e de correção da fórmula de indexação salarial. Nesse caso, será necessário corrigir também a proposta de Lara Resende, de forma que, mesmo mensalmente, a indexação não ocorra mais por picos, mas de acordo com a inflação passada e metade da inflação futura prevista ou, então, de acordo com uma fórmula de escala móvel de salários. A proposta de desindexação via criação de nova moeda ficaria para um segundo momento, depois de avaliados os resultados da primeira etapa.

Sobre um fato não há dúvida alguma: a atual fórmula de correção salarial de acordo com a inflação passada é totalmente incompatível com a redução da inflação, porque elevaria os salários médios reais (e, portanto, os custos unitários da mão-de-obra) quando a inflação estivesse diminuindo. Se, por exemplo,

a inflação se reduzisse de 70 para 30% ao semestre, os salários médios reais teriam um aumento de 13%. Como as empresas não concordarão com esse aumento e o repassarão imediatamente para os preços, a inflação, com a atual fórmula salarial, jamais cairá. Só poderá crescer, porque assim se reduzem perversamente os salários médios reais.

Todas essas considerações sugerem um estudo cuidadoso da proposta de Lara Resende. A inflação pode e deve ser controlada sem maiores sacrifícios, sem prejuízo da retomada do crescimento. Para isso será necessário, minimamente, repensar na fórmula de reajuste salarial. Eventualmente será conveniente adotar uma fórmula de desindexação não traumática. E para isto será necessário imaginação e coragem, ao mesmo tempo que se constrói algum tipo de consenso através do contínuo debate. (*Gazeta Mercantil*, 28/11)

## **Reforma fiscal e Constituinte**

Além das medidas de emergência a serem propostas pela Comissão coordenada por José Serra, o governo poderá definir duas tarefas prioritárias de caráter estrutural: no plano político, a transformação do Congresso de 1986 em Constituinte, nos quadros de um pacto social entre trabalhadores e empresários; e, no plano econômico, uma reforma tributária, que consolide a posição financeira do Estado e lhe permita aumentar o investimento e a despesa social e, dessa forma, distribuir melhor a renda.

Depois de uma viagem de cinco dias ao Japão, durante os quais fui recebido por vinte grandes japoneses e pelo Ministério das Finanças, duas foram as impressões mais fortes que me ficaram da sociedade e da economia japonesas: uma economia extremamente poderosa, cuja renda por habitante já se aproxima da norte-americana, e uma igualdade extraordinária na distribuição de rendas. As diferenças existem e há ainda os muito ricos e os muito pobres, mas a base da sociedade japonesa é uma grande e afluente massa de membros das classes médias tecnoburocráticas (trabalhando para as grandes organizações privadas e públicas) e burguesas (trabalhando por conta própria em pequenas e médias empresas).

O Brasil, que realiza hoje a transição para a democracia nos quadros de um capitalismo consolidado, pode ver no capitalismo japonês – ou no inglês, ou no escandinavo ou no austríaco, nos quais também a distribuição de renda é bastante

igual – uma espécie de modelo. É claro que as diferenças culturais desses países são muito grandes em relação ao Brasil e não há neles um desemprego estrutural, que torna qualquer política social mais difícil.

Nesses países, entretanto, foi possível caminhar em direção a uma distribuição de renda muito mais justa graças principalmente ao aumento da carga tributária que financiou os benefícios do Estado do bem-estar, ou seja, que permitiu a concessão aos trabalhadores e às classes médias de salários indiretos representados por seguro-desemprego e por serviços sociais de educação, saúde, transporte, habitação, esportes, cultura e lazer, de boa qualidade, a baixo preço ou gratuitos.

No Brasil, no plano econômico, o governo Tancredo Neves só poderá distinguir-se com clareza do atual na medida em que, logo nos primeiros dias de governo, quando gozar ainda do apoio de toda a sociedade, proponha uma corajosa reforma tributária. Nas outras áreas será possível fazer alterações de rota, mas de pouca monta. A própria retomada do crescimento, que é o compromisso fundamental de Tancredo Neves na área econômica, já terá início em 1984. Basta agora consolidar com medidas adequadas essa tendência. Em relação à inflação, não há milagres a serem feitos. Desde que se contenham as pressões sociais, poder-se-á esperar uma inflação moderadamente declinante para 1985.

No plano tributário, entretanto, há muito a fazer. A carga tributária brasileira é extremamente baixa quando comparada não apenas aos países centrais, mas também aos países asiáticos em desenvolvimento (aliás, onde a distribuição da renda também é mais igual que a brasileira).

Por outro lado, ao contrário de outros países latino-americanos, como a Argentina e o México, temos um sistema tributário bem organizado administrativamente, chefiado por pessoal competente. Ao contrário do que acontece na Argentina e no México, o Imposto de Renda não é uma mera ficção, é uma realidade que tem crescido sempre. Aprendemos a arrecadar e a fiscalizar, apesar de todos os problemas que temos nestas áreas.

Nesses termos, uma reforma tributária, que onere principalmente as altas rendas das pessoas físicas e os rendimentos provenientes de juros, poderá ter um efeito criador de receita para o Estado e distribuidor de renda da maior importância. Utilizando os técnicos existentes no próprio governo, mais alguns economistas e juristas especializados em finanças públicas exis-



tentes nas universidades, não será difícil transformar a reforma tributária na primeira medida estrutural, de longo prazo, do governo Tancredo Neves.

É claro que haverá interesses contrariados. Por isso, além de poder – que é máximo no início do governo –, será preciso competência técnica, imaginação e coragem. Também estas qualidades certamente não faltarão ao futuro governo Tancredo Neves. (11/12)

### **Balanço de 1984, desafios para 1985**

Neste dia de Natal podemos concluir que 1984 foi, afinal, um bom ano para o Brasil. Tanto no plano econômico quanto no político. A economia entrou em fase de recuperação e a transição para a democracia consolidou-se com a certeza da vitória de Tancredo Neves no próximo dia 15 de janeiro. Para 1985, as perspectivas são naturalmente otimistas. Com Tancredo, espera-se a consolidação da retomada do desenvolvimento, acompanhada de uma melhor distribuição de renda, e os debates sobre a nova lei eleitoral e dos partidos e, em seguida, sobre a nova Constituição dominarão a cena política e definirão o retorno efetivo do Brasil à democracia.

As dificuldades que o novo governo deverá encontrar, entretanto, são grandes.

No plano econômico, depois de uma redução de 3% do PIB em 1983, a economia cresceu cerca de 4% em 1984, não obstante a política de ajustamento definida pelo FMI importasse uma violenta contração fiscal. O déficit público operacional (desconsiderada a correção monetária da dívida pública) passou de 2,5% do PIB em 1983 para 0,5% de superávit público em 1984. Esta contração fiscal, possibilitada pelo aumento dos impostos e pela redução dos investimentos e das despesas com salários do setor público, afetou diretamente a demanda agregada e deveria ter resultado na estagnação do PIB em 1984, conforme era previsto no início do ano. Entretanto, o extraordinário desempenho das exportações, que aumentaram cerca de 24% em 1984, diante de apenas 8,5% em 1983, teve efeito compensador sobre a demanda agregada, anulando o efeito negativo da contração fiscal. Com o aumento das exportações, o emprego industrial reativou-se, já que as exportações de manufaturados, que hoje representam aproximadamente 25% da produção industrial brasileira, apresentaram um crescimento em 1984 de 34% aproximadamente, liderando a arrancada exportadora.

Em 1985, o FMI espera uma nova contração fiscal da mesma envergadura. Deseja que o Brasil passe de um superávit público de 0,5 para 2,9% do PIB. Com isso, pretende que o governo comece a resgatar sua dívida interna. Nada indica, entretanto, que este arrocho fiscal adicional possa ser compensado por um aumento de exportações semelhante ao de 1984. Dada a forte desaceleração da economia norte-americana no segundo semestre de 1984, o aumento das exportações brasileiras em 1985 deverá ser muito menor do que o deste ano que está terminando. Em consequência, não restará outra alternativa para o novo governo, se desejar um crescimento do PIB de 5 a 6%, senão renegociar esta meta de superávit público com o FMI.

Por outro lado, será necessário também renegociar com o FMI a meta inviável de 120% de inflação. Porque no campo da inflação o grande desafio do novo governo não está em fazê-la baixar radicalmente. Isto é muito difícil, dado o caráter autônomo, indexado, formal e informalmente, da inflação brasileira. O grande desafio está em impedir que ela cresça, que mude de patamar, afetada por fatores aceleradores relacionados com aumentos de salários reais acima do aumento de renda por habitante, obtidos pelos trabalhadores para repor seu poder aquisitivo deteriorado pela recessão e pela inflação, e também relacionados com aumentos de margens de lucro das empresas possibilitados pela aceleração da economia. Estes fatores aceleradores já estão em curso no final de 1984, mas podem ser detidos e revertidos em 1985.

Em 1985 teremos reconquistado, em um nível mais alto do que o anterior, a democracia, que é um valor absoluto, final, que vale por si mesmo. Mas estaremos longe de ter resolvido os graves problemas econômicos e sociais deste país. O fundamental, entretanto, é que agora tentaremos também resolver esses problemas de forma democrática, em vez da forma tecnoburocrática e autoritária dos últimos vinte anos. Este é o grande desafio e a grande expectativa de um novo período da história brasileira que se inicia em 1985: construir uma democracia social neste país. (25/12)